

**NOSSE
LUGAR**

The logo features the words "NOSSE" and "LUGAR" in a bold, black, sans-serif font, stacked vertically. The text is centered and surrounded by a semi-circular arrangement of white, radiating lines of varying lengths, creating a sunburst or spotlight effect.

**TABATA
AMARAL**

**NOSSO
LUGAR**

O CAMINHO QUE ME LEVOU
À LUTA POR MAIS MULHERES
NA POLÍTICA

COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2020 by Tabata Cláudia Amaral de Pontes

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Capa e projeto gráfico
Alceu Chiesorin Nunes

Revisão
Carmen T. S. Costa
Jane Pessoa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Amaral, Tabata

Nosso Lugar : o caminho que me levou à luta por mais mulheres na política / Tabata Amaral — 1ª ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2020.

ISBN 978-85-359-3360-4

1. Direito das mulheres – Brasil 2. Mulheres na política – Brasil 3. Política – Brasil I. Título.

20-36246

CDD-323.340981

Índice para catálogo sistemático:

1. Mulheres na política : Brasil : Ciência política 323.340981

Cibele Maria Dias – Bibliotecária – CRB-S/9427

[2020]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

facebook.com/companhiadasletras

instagram.com/companhiadasletras

twitter.com/cialetras


*Para minha mãe, meu pai e todos
os professores que me ajudaram a
conquistar o direito de sonhar.*

SUMÁRIO


<i>Prefácio</i> — Por que precisamos falar sobre mulheres na política	9
O direito de sonhar	15
Encontrando o meu lugar	57
Do propósito ao ativismo	99
Ocupando a política	125
A luta por mais mulheres na política	153
<i>Agradecimentos</i>	181
<i>Notas</i>	185
<i>Sobre a autora</i>	187



PREFÁCIO



**POR QUE
PRECISAMOS FALAR
SOBRE MULHERES
NA POLÍTICA**





Bem no comecinho da minha campanha eleitoral, uma senhora me perguntou se eu tinha algum comprovante de que era candidata. Essa era a primeira vez que eu participava de uma eleição e, por isso, ainda estava tentando descobrir a melhor forma de abordar as pessoas na rua. Especialmente nos primeiros dias, eu entregava os panfletos bastante acanhada, quase pedindo desculpas, enquanto tentava resumir minha trajetória e minhas propostas nos poucos segundos que, com sorte, alguém parava para me ouvir. Não lembro onde eu estava nesse dia, provavelmente em um ponto de ônibus ou em uma avenida, mas nunca vou esquecer a cara que aquela senhora fez, deixando claro que achava muito improvável que eu fosse mesmo candidata.

Diante da pergunta inesperada e sem nenhum comprovante em mãos, respondi, desconcertada, que poderia não parecer, e que de fato era pouco comum,

mas não estava escrito em lugar nenhum que pessoas como eu não podiam se candidatar. Ela simplesmente saiu andando, e eu nunca vou saber se acreditou em mim ou não. O fato é que passei a repetir, mais para mim mesma do que para os outros, todos os dias, a resposta que dei a ela.

Eu só vim a entender o porquê daquela pergunta algum tempo depois. Aquela senhora muito provavelmente nasceu em uma época em que todos, inclusive a lei, deixavam bem claro que política não era para as mulheres. Afinal de contas, faz pouco tempo que nós conquistamos o direito de votar e sermos eleitas. A escritora inglesa Mary Wollstonecraft (1759-97) foi a grande pioneira na defesa do voto feminino. No entanto, o primeiro país democrático a reconhecer esse direito foi a Nova Zelândia, no ano de 1893, depois de uma intensa luta liderada pela feminista neozelandesa Kate Sheppard (1848-1934). Após uma longa batalha, o sufrágio feminino também foi conquistado na Inglaterra, em 1918.

No Brasil, essa conquista começou em 1927, quando a lei estadual nº 660 reconheceu o direito das mulheres de votar e serem eleitas no Rio Grande do Norte. Em 1929, na cidade potiguar de Lajes, Alzira Soriano (1897-1963) foi a primeira mulher a se eleger

prefeita em toda a América Latina. Três anos depois, em 1932, durante o governo de Getúlio Vargas (1882-1954), o voto feminino foi instituído em todo o país. No entanto, havia a condição de que, para votar, as mulheres casadas precisavam receber autorização do marido e as viúvas ou solteiras deviam ter renda própria. Em 1933, a paulista Carlota Pereira de Queirós (1892-1982) tomou posse como a primeira deputada federal do Brasil. Em 1934, as restrições ao pleno exercício do voto feminino foram eliminadas e, em 1946, o voto passou a ser obrigatório para todas as mulheres.

Desde então, as mulheres vêm, pouco a pouco, conquistando seu lugar na política. Um exemplo muito simbólico é que um banheiro feminino só foi construído no plenário da Câmara dos Deputados durante a Constituinte de 1988. Mais surpreendentemente ainda, o plenário do Senado recebeu o seu primeiro banheiro feminino apenas em 2016, 55 anos depois da construção do Congresso. Até então, as senadoras tinham de deixar o plenário para usar o toalete.

Por mais dura que tenha sido a luta por espaço até aqui, ainda temos um longo caminho pela frente. Apesar de muitos estudos já terem demonstrado que o país será melhor para todos quando retirarmos as barreiras ainda existentes e permitirmos que as mulheres

participem da política em pé de igualdade, essa mudança ainda pode levar muito tempo. Ao compartilhar o caminho que me levou a me candidatar e ser eleita deputada federal aos 24 anos, espero contribuir para que muitas outras trajetórias possam se somar a essa luta. Só assim a minha geração poderá ver concretizado o sonho de que a política seja, de fato, um lugar para todos e todas.



**O DIREITO
DE SONHAR**





Esta história começa em uma cidade do interior da Bahia, chamada Iaçú, quando minha mãe, Maria Renilda Amaral Pires, mais conhecida como Reni, a mais nova dentre mais de vinte irmãos, decidiu ir para São Paulo em busca de melhores condições de vida. Ela começou a estudar tarde e, por isso, já tinha dezessete anos quando entrou na quinta série em uma escola estadual na capital paulista.

Quando ela chegou, os seus irmãos que já estavam em São Paulo decidiram que minha mãe teria mais condições de estudar e trabalhar se, em vez de ficar com eles em São Miguel Paulista, bairro da periferia da zona leste, ela morasse com uma senhora, com quem um dos meus tios havia tido um relacionamento, no Sumaré, bairro nobre da zona oeste. Minha mãe estudava de manhã e, depois do almoço, ia para o trabalho. Às sextas-feiras, porém, ela era obrigada a faltar à escola para limpar o apartamento onde

morava, faxina que continuava aos domingos, seu dia de folga do trabalho. Minha mãe tinha que entregar todo o seu salário para essa senhora e era proibida de se comunicar com os irmãos, e os poucos que sabiam da situação não faziam nada a respeito. Na escola, a situação não era muito melhor, pois ela sofria muito preconceito, especialmente por causa do sotaque.

Minha mãe trabalhava como vendedora na livraria Siciliano e logo se tornou muito amiga da sua gerente, Raquel dos Anjos Vieira. Por muito tempo, a Raquel tentou convencê-la a permitir que o valor da comissão de vendas fosse depositado em uma conta separada, à qual a senhora com quem a minha mãe morava não teria acesso, mas as ameaças constantes e o medo fizeram com que ela nunca aceitasse as diferentes soluções que a Raquel apresentava. Ainda assim, a amizade das duas foi muito importante para a minha mãe. Foi a Raquel, por exemplo, ao levá-la para almoçar fora e lhe comprar flores, que ensinou a ela que aniversários deveriam ser valorizados. As duas trabalharam juntas por muito tempo, e, quando certo dia a minha mãe ligou para avisar que havia passado mal e chegaria atrasada, a Raquel foi a primeira a suspeitar que ela estava grávida e recomendar que